

HABEAS CORPUS Nº 469.913 - MG (2018/0243816-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : RICARDO CAMILO SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO CAMILO SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Infere-se da inicial que o Juízo da Vara de Execuções Criminais regrediu o regime prisional do paciente em virtude da prática de falta grave no curso da execução.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que não conheceu do *mandamus*, por inadequação da via eleita.

Na presente impetração, sustenta a Defensoria Pública o *prejuízo do paciente, eis que cumpria pena em regime aberto, quando foi noticiada a prática, em tese, de novo crime e regrediu-se o regime para o semiaberto, sem aguardar o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória, que sobreveio absolvendo o recorrente* (e-STJ fl. 5).

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão monocrática e do acórdão prolatado pela Corte de origem, até o julgamento final desta impetração, bem como para que seja expedido alvará de soltura, permitindo que o apenado aguarde em liberdade até o julgamento do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem "para reconhecer e declarar a nulidade da decisão proferida nos autos da execução penal nº 0118820-34.2016.8.13.0016, restabelecer o status quo ante; por conseguinte e igualmente, expedir o alvará de soltura, bem como, determinar a retificação do levantamento de pena" (e-STJ fl. 8).

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 272/273) e prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 282/294), opinou o Ministério Público Federal "pelo não conhecimento do recurso" (e-STJ fls. 296/298).

É o relatório. **Decido.**

De plano, observa-se que o mérito discutido no presente *habeas corpus* – impossibilidade de reconhecimento de falta grave ante a ausência definitiva de fato definido como crime – não foi enfrentado pelo Tribunal local no julgamento da impetração originária, o que impede esta Corte Superior de conhecer da insurgência, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito, confira-se o seguinte julgado desta Corte Superior:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

I - A tese recursal relativa à eventuais nulidades ocorridas no inquérito policial sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, ao fundamento de que não foram apresentados documentos comprobatórios do alegado, razão pela qual o mandamus impetrado na eg. Corte de origem foi parcialmente conhecido.

II - Assim sendo, fica impedida esta eg. Corte de analisar a quaestio ventilada no recurso, sob pena de indevida supressão de instância, já que o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca das alegadas nulidades.

[...] Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta parte, desprovido. (RHC 45.246/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA E DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDEVIDA

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Conforme entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

3. As teses de nulidade da ação por ausência de notificação do paciente para apresentar defesa prévia, bem como por deficiência na defesa técnica, não foram objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

4. "A alegação de deficiência da defesa deve vir acompanhada de prova de inércia ou desídia do defensor, causadora de prejuízo concreto à regular defesa do réu" (RHC 39.788/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/2/2015), o que não se verifica no caso em exame.

5. Writ não conhecido. (HC 287.808/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 25/5/2017).

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 34, XX, do RISTJ).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator